

O EU INICIADOR^{1 2}

B. F. Skinner

Há lugar numa análise científica do comportamento para um eu iniciador, originador, criador? Tendo prescindido de Deus como criador, a ciência deve prescindir também da imagem de Deus chamada Homem? Sentimos necessidade de um deus criador, porque vemos o mundo, mas vemos muito pouco dos processos que geraram sua existência; vemos o produto, mas não a sua produção. Talvez, por vermos o comportamento humano, mas vermos muito pouco do processo através do qual ele se desenvolve, é que sentimos necessidade de um eu criador. Quanto ao comportamento, todavia, nós dispomos de outra evidência: podemos ver ou observar introspectivamente nossos próprios corpos enquanto nos comportamos e é possível que o que vemos seja o processo de criação. Chame-o de mente ou de vontade. Somente retrospectivamente é que atribuímos a criação do mundo a uma Mente ou Vontade – a um deus feito à imagem do Homem?

Não importa, porque a ciência modificou tudo isso. Os astrônomos talvez não tenham explicações para o *big bang*, mas estão oferecendo uma explicação cada vez mais plausível sobre a formação dos elementos químicos e sobre sua distribuição no espaço. A Química sugere explicações sobre os processos pelos quais seres vivos poderiam ter emergido de coisas não-vivas, e os biólogos explicam a origem das espécies, incluindo o *homo sapiens*, através da seleção natural. Resta pouco para um criador fazer.

O comportamento também passou a ser parte do objetivo de uma análise científica. É o produto de três tipos de seleção, o primeiro dos quais, a seleção natural, é do campo da etologia. O segundo, o condicionamento operante, é do campo da análise do comportamento. O terceiro, a evolução das contingências de reforçamento sociais, que chamamos de culturas, explica os amplos repertórios de comportamento característicos da espécie humana.

Os termos que usamos para designar um indivíduo que se comporta dependem do tipo de seleção. A seleção natural nos dá o *organismo*; o condicionamento operante, a *pessoa*; e, como discutiremos, a evolução de culturas nos dá o *eu*. Um organismo é mais do que um corpo; é um corpo que faz coisas. Ambas as palavras, *órgão* e *organismo*, são etimologicamente ligadas a *trabalho*. O organismo é o executor. *Pessoa* deriva da palavra usada para designar as máscaras com as quais os atores recitavam seus papéis nos teatros grego e romano. A máscara identificava o papel que o ator desempenhava; ela o marcava como um personagem. Usando diferentes máscaras, ele podia desempenhar diferentes papéis. As contingências de reforçamento operante têm efeitos muito semelhantes. A partir do organismo que se desenvolveu através da seleção natural, elas constroem os repertórios comportamentais chamados pessoas. Diferentes contingências constroem diferentes

¹ Skinner, B. F. (1991). *Questões Recentes na Análise Comportamental*. Campinas: Papyrus. Cap.3. Publicação original 1989.

² Tradução de Hélio José Guilhardi e Patrícia Piazzon Queiroz, revista por Noreen Campbell de Aguirre, para uso exclusivo dos profissionais e alunos do Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento (Campinas – SP).

pessoas, possivelmente dentro da mesma pele, como o demonstram os clássicos exemplos de personalidades múltiplas.

Num longo capítulo chamado “Autocontrole” (*Self-control*), em *Ciência e Comportamento Humano* (1953), utilizei a palavra *eu (self)* da mesma maneira que hoje usaria a palavra *pessoa*. Revi técnicas através das quais uma pessoa manipulava variáveis ambientais das quais seu comportamento era função e distingui entre o eu controlador e o eu controlado, definindo-os como repertórios de comportamento. Isso, porém, foi há trinta anos, e a teoria behaviorista avançou. Hoje se pode fazer uma distinção mais clara entre pessoa e eu: uma pessoa, enquanto repertório de comportamento, pode ser observada pelos outros; o eu, como um conjunto (*set*) de estados internos que o acompanham, é observado somente através de sentimento ou introspecção.

Vários problemas de utilização devem ser mencionados. Precisamos usar a palavra *eu (self)* como pronome reflexivo (me, mim em português), porque existem outras pessoas no mundo. O eu que eu vejo num espelho ou num vídeo é a pessoa que os outros vêem. “Eu mesmo (*myself*) o fiz” não é muito diferente de fui eu quem o fez. O *Third New International Dictionary* (Webster, 1981) contém cerca de 500 entradas iniciadas com *self* e em algumas delas a palavra é meramente reflexiva.

Não é esse, entretanto, o eu que está sendo considerado aqui. Somente sob tipos especiais de contingências verbais é que respondemos a certos aspectos do nosso corpo. Ao fazer o retrospecto de uma ocasião inusitada, posso dizer: “Eu era uma pessoa diferente”, mas outros poderiam dizer a mesma coisa. “Eu não era eu mesmo”, porém, sugere que eu me *sentia* como uma pessoa diferente. O eu é o que a pessoa *sente a respeito de si própria*. É o eu que conhecemos quando seguimos o conselho do oráculo de Delfos “Conhece-te a ti mesmo”, e é o eu que modificamos quando, em resposta à ordem “Comporte-se”, fazemos mais do que nos comportarmos de maneira diferente.

Existe um outro problema de uso. A língua inglesa desenvolveu-se numa época em que, de um modo geral, acreditava-se que o comportamento se originava dentro do indivíduo. As pessoas sentem (através dos órgãos dos sentidos) o ambiente e atuam sobre ele. Numa análise comportamental, o ambiente atua primeiro, de uma entre duas maneiras possíveis. Como consequência, reforça o comportamento e, assim, dá origem a um operante. Como contexto (*setting*), elicia ou evoca o comportamento. Poucas palavras em inglês, certamente nem *pessoa* nem *eu*, se encaixam em tal versão comportamental. Somos mais prontamente compreendidos quando perguntamos porque as pessoas observam certas condições de seus corpos, do que quando perguntamos porque as condições evocam auto-observação. A versão tradicional dificilmente pode ser evitada no uso prático ou em paráfrase de expressões técnicas, muito embora, dessa maneira, o eu permaneça como iniciador, que é o que estamos questionando.

Nos tópicos que se seguem, veremos uma interpretação diferente de vários exemplos comuns.

Auto-observação

Sob que contingências de reforçamento verbais, por exemplo, podemos observar nosso eu e relatar que o estamos observando? Um organismo raramente se comporta eficazmente sem responder ao seu próprio corpo. As contingências responsáveis pelo comportamento explicam esse tipo de auto-estimulação. Contingências muito diferentes são responsáveis pela auto-observação. A primeira a se desenvolver deve ter sido associada com dar modelo (*modeling*)*. Dar modelo é comportar-se de maneiras facilmente

* **Nota:** optamos por traduzir “*modeling*” por “dar modelo” e não por “modelação” (conceito proposto por Bandura).

observáveis e imitáveis, em primeiro lugar pelos outros, mas, possivelmente, também pelos próprios agentes que dão modelo. O comportamento de dar modelos operantes (e a auto-observação que isso propicia) parece ser característica exclusivamente humana; em outras espécies, o reforçamento proveniente do comportamento daquele que imita aparentemente ocorre com um atraso grande demais, para funcionar como reforço para o comportamento de dar modelos. (Conseqüências atrasadas não apresentam problemas para o dar modelo em virtude da seleção natural, uma vez que a sobrevivência das espécies é, necessariamente, uma conseqüência atrasada.)

Com o advento do comportamento verbal vocal, as contingências que promovem auto-observação devem ter-se multiplicado rapidamente. (O comportamento de dar modelo é verbal, embora não necessariamente vocal, no sentido de que o reforçamento é mediado por outras pessoas: não podemos imitar, a menos que exista um modelo, e não estamos dando modelo, a menos que nosso comportamento esteja sendo imitado.) Quando a musculatura vocal da espécie humana ficou sob controle operante, as pessoas se tornaram capazes de dizer e demonstrar a outrem o que fazer, e isso facilitou muito o ver e o falar a respeito do que elas próprias estavam fazendo. (Fazer, certamente, inclui a experiência sensorial. Nós não apenas observamos que fazemos coisas; observamos que vemos coisas.)

Muitas contingências verbais que promovem auto-observação são mais explícitas. As pessoas são solicitadas a relatar o que estão fazendo ou por que o estão fazendo e, ao responderem, podem tanto falar a si próprias como aos outros. A psicoterapia é, freqüentemente, um esforço para aumentar a auto-observação, para “trazer à consciência” uma parcela maior daquilo que é feito e das razões pelas quais as coisas são feitas. Tanto na psicoterapia como na literatura, a análise da personalidade é, com freqüência, denominada “busca do eu”. Com freqüência maior, como busca do “verdadeiro eu”, um eu que deve ser procurado porque presumivelmente está escondido. Na maioria das vezes, o comportamento está escondido da própria pessoa, assim como dos outros, quando foi punido, e isso talvez explique por que o verdadeiro eu é tão freqüentemente mal-comportado. Observe o eu que foi exposto por Sade. (Nesse caso, “verdadeiro” poderia significar “primitivo”, porque o que é sentido se deve à seleção natural ou às conseqüências reforçadoras – alimento, sexo e agressão – similares às conseqüências que devem ter desempenhado um papel predominante na seleção natural.)

Auto-estima

Uma cultura valoriza e recompensa os seus membros que fazem coisas úteis ou interessantes, em parte chamando-os, e àquilo que fazem, de bons ou corretos. No processo, o comportamento é positivamente reforçado e são geradas condições corporais que podem ser observadas e valorizadas pela própria pessoa. É um eu especialmente vulnerável à análise científica. Chamei a atenção para um paralelo na seleção natural. Por exemplo, uma mulher tem um bebê. É seu bebê e nós a valorizamos por seu feito. Os geneticistas, entretanto, nos dizem que ela não é responsável por nenhuma das características da criança. Ela lhe deu metade de seus genes, mas recebeu metade deles de seus próprios pai e mãe. Abrigou e nutriu o feto em desenvolvimento, mas não deu nenhuma outra contribuição. Ao falar assim, porém, parece que estamos tirando dela o mérito por dar à luz o bebê e, com certeza, destruímos seu senso de valor.

O paralelo operante não é tão simples. Um poeta “dá à luz” um poema, no sentido de tê-lo escrito. É o seu poema. Os críticos, no entanto, poderão apontar “influências” e, se conhecêssemos o suficiente sobre o que o poeta leu ou fez, presumivelmente poderíamos explicar todo o poema. Isso parece invalidar qualquer reconhecimento que o poeta tenha recebido dos outros e destrói seu senso pessoal de valor.

O eu responsável

O eu de que uma pessoa gosta parece ser produto das práticas positivamente reforçadoras do ambiente social, mas as culturas geralmente controlam seus membros através de estímulos aversivos, quer como reforçadores negativos, que fortalecem o comportamento desejado, quer como punições, que suprimem o comportamento indesejado. Assim, as culturas asseguram que seus membros são *responsáveis* pelo que fizeram e os membros “se sentem responsáveis”.

Eles dificilmente protestam, no entanto, quando uma análise comportamental transfere para o ambiente a responsabilidade que lhes era atribuída. (O delinqüente juvenil concorda prontamente com a idéia de que o ambiente em que viveu seus primeiros anos é responsável por sua delinqüência.) Em vez disso, a resposta usual a uma análise comportamental é protestar contra o controle que ela demonstra, quer seja ele positivo ou negativo. Assim, protesta-se contra privar um prisioneiro de alimento, de modo que este possa ser utilizado como reforçador positivo, com o argumento de que se trata de uma violação do direito à liberdade de escolha; e o uso de estímulos aversivos, como reforçadores negativos ou como punição, é desaprovado, com o argumento de que significa uma violação ao direito de estar livre de ameaça.

Autoconfiança

Apesar de não termos, realmente, controle sobre nosso comportamento, não é importante que *acreditemos* ter? Não é verdade que apenas quando acreditamos em nós mesmos podemos dar o melhor de nós? Mas o eu no qual confiamos pode ser um produto do fazer bem feito e não sua causa. Quando, finalmente, consigo abrir a tampa de um vidro de remédio e exclamo “Consegui!”, estou relatando um exemplo de comportamento. Se alguém me perguntar se eu consigo abrir a tampa, e eu digo “Acho que sim”, estou fazendo uma previsão baseada em sucessos anteriores ou relatando uma condição corporal resultante de tais sucessos passados. Pessoas que não são bem sucedidas naquilo que fazem podem perder a fé em si mesmas, mas um terapeuta pode restaurar tal fé, fazendo com que recordem sucessos que não estão sendo levados em conta, restabelecendo assim, pelo menos em parte, o estado corporal que sentiram naquelas situações. O modo mais efetivo de restaurar a crença em si mesmo é, com certeza, restabelecer os sucessos, talvez simplificando as contingências de reforçamento.

O efeito mais imediato do sucesso é, freqüentemente, chamado de autoconfiança. O jogador de tênis, que executa uma série de jogadas ruins, “perde a confiança”, e é comum que seus maus desempenhos posteriores sejam atribuídos à perda de confiança. Um lance brilhante “restabelece sua confiança” e ele passa a jogar melhor. Colocado de outra maneira, no entanto, jogadas ruins extinguem o comportamento, no sentido de que reduzem sua probabilidade de ocorrência, e jogadas boas recondicionam o comportamento. Uma pessoa que tenha jogado muito mal pode chegar ao ponto de desistir completamente de jogar tênis, até que um dia de excelente desempenho “o faça mudar de idéia”, no sentido de alterar a probabilidade de sua participação em jogos. Caso a autoconfiança obtida através de uma excelente partida se estenda ao repertório como um todo, melhor desempenho no jogo será, mais provavelmente, atribuído àquilo que os esportistas chamam de melhor “concentração”. Quanto mais a pessoa estiver disposta a jogar, menor será a probabilidade de que se distraia.

O eu racional

Parece que sentimos um outro eu quando nos engajamos no comportamento governado por regras. Deve ter sido esse o caso, na época em que *persona* significava a máscara através da qual o ator falava, porque os atores não recitam falas de sua própria autoria. Eles falam e fazem aquilo que lhes é dito para falar ou fazer. Isso também se aplica àqueles que seguem conselhos, observam regras e obedecem a leis. Se isso é tudo o que fazem, não estão sendo “eles próprios”. As condições corporais que sentem não são produtos das contingências às quais eles próprios foram expostos; são produtos indiretos das contingências que afetaram aqueles que lhes deram o conselho ou formularam as regras. Somente quando o conselho é seguido, as regras observadas ou as leis obedecidas, e as conseqüências reforçadoras acontecem, é que o “eu verdadeiro” pode ser sentido.

Os atores, entretanto, “sabem o que estão dizendo”, no sentido de que sabem suas falas antes de enunciá-las, e algo do mesmo gênero aplica-se às pessoas que seguem conselhos, observam regras e obedecem a leis. Elas “sabem o que estão fazendo”, no sentido de que tal ação já foi relatada em palavras. Pessoas que formulam descrições de contingências para seu próprio uso “sabem o que estão fazendo”, de tal forma que se costuma dizer que atuam racionalmente. Em resposta à questão: “Por que você fez isso?”, podemos simplesmente mencionar um estado sentido ou observado introspectivamente (“Eu queria fazer isso” ou “Tive vontade de fazer”) ou, então, “dar uma explicação”, mencionando uma variável controladora (“Eu pensei em beber alguma coisa” ou “Tive medo de que a corda arrebentasse”). Porém, razões não são conseqüências; são nomes de conseqüências.

Dizemos que agimos racionalmente quando somos capazes de mencionar razões para o nosso comportamento, mas a maior parte do nosso comportamento não é racional nesse sentido. As contingências de seleção afetam o nosso comportamento, quer as reconheçamos ou não. Freud é talvez responsável pelo fato de que o termo “racionalizar” sugere dar *falsas* razões. Entretanto, essas questões dizem mais respeito à mente do que ao eu.

A mente e o eu

Como palavra utilizada para se referir a sentimentos ou estados observados introspectivamente, *eu* é obviamente próximo a *mente*. Quando se diz que a mente faz alguma coisa, usualmente é possível substituí-la por *organismo* ou *pessoa*. Os “vastos recursos da mente humana”, por exemplo, são os vastos recursos da espécie humana. O mesmo se aplica ao eu, mas é possível ainda fazer uma distinção útil. Assim como a distinção entre pensar e fazer, refere-se à ordem dos eventos. “Eu mudei de idéia” não está longe do significado de “Eu mudei o que estava *a ponto de fazer*”. A mente parece ser algo muito mais “interior” do que o eu e, por conseguinte, tende a ser, com mais freqüência, erroneamente confundida com um originador. Mais um passo atrás teria, logicamente, levado às contingências ambientais.

Resumo

Examinamos vários eus dos quais as pessoas freqüentemente falam. Eles incluem: a) um eu observado (uma condição corporal que acompanha o comportamento); b) um eu estimado (uma condição corporal resultante do reconhecimento alheio ou de auto-reconhecimento aprendido com os outros); c) um eu confiante (decorrente do comportamento reforçado positivamente); d) um eu responsável (produto de contingências aversivas); e) um eu racional (decorrente de comportamento governado por regras, incluindo regras formuladas pela própria pessoa que se comporta). Relacionamos esses eus

com as contingências de reforçamento responsáveis tanto pelo comportamento como pelas condições corporais que o acompanham, e também com as contingências necessariamente verbais, responsáveis por observação, estima, confiança, responsabilidade e racionalidade.

Seremos capazes, algum dia, de dizer mais sobre o que é sentido? Quase que certamente não através da introspecção. Não dispomos de nervos sensoriais que cheguem a partes relevantes do corpo, nem de nenhuma chance de concordar a respeito de palavras que se referem a eventos privados de qualquer espécie. Eventualmente, o corpo será observado de outra maneira, mais precisa, pela fisiologia, especialmente pela neurologia, mas então será observado como o produto de contingências especificáveis de variação e seleção, ao invés do que foi visto, com menor precisão, através da introspecção.

Quase todos os campos da ciência têm duas linguagens, uma para as coisas observadas casualmente na vida cotidiana e outra, presumivelmente, para as coisas observadas através dos instrumentos e métodos da ciência. O campo do comportamento humano tem uma terceira linguagem, que se refere a coisas “dentro” do observador, sentidas ou observadas introspectivamente. O “eu” reflexivo faz parte da primeira linguagem, e os “eus” que discutimos aqui fazem parte da terceira. Tanto a primeira quanto a terceira linguagens têm vários usos práticos; a terceira porque, ao nos contarem como se sentem, as pessoas relatam o efeito do que lhes aconteceu, a partir do que, em geral, inferimos algo sobre o que aconteceu. O *uso* da palavra *eu* é comportamento verbal e, como tal, é um referente da segunda linguagem; mas, para responder à questão com a qual começamos o texto, a *palavra eu*, em si mesma, não faz parte dessa linguagem.